

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.661 - MG (2019/0169879-5)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ - MG087253
MARCO PAULO ALVES DE ALMEIDA - MG097463
ALLAN CÉSAR DE MORAIS - MG097900
RECORRIDO : SONIA CARES TABORDA DE PAULA
ADVOGADO : CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA - MG075412

EMENTA

CIVIL E CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE CPC/73**. REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284 DO STF, POR ANALOGIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. DESCONTO DE EMPRÉSTIMO EM CONTA BANCÁRIA. OBSERVADO O LIMITE DE 30%. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL IMPERTINENTE PARA AFASTAR TAL PENALIDADE. SÚMULA Nº 284 DO STF. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

SONIA CARES TABORDA DE PAULA (SONIA) ajuizou ação revisional de cláusulas contratuais contra ITAÚ UNIBANCO S.A. (ITAÚ), visando o reconhecimento de cobrança de encargos ilegais em contrato bancário.

O Juízo de 1º Grau julgou improcedente o pedido.

A apelação interposta por SONIA foi parcialmente provida pelo TJMG, nos termos da seguinte ementa:

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - CDC - APLICABILIDADE - CONTRATOS RENEGOCIADOS - SÚMULA 286 STJ - JUROS REMUNERATÓRIOS - ABUSIVIDADE - NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA - CAPITALIZAÇÃO - ILEGALIDADE - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - CUMULAÇÃO COM JUROS DE MORA E MULTA - IMPOSSIBILIDADE - SUBSTITUIÇÃO - ART. 47, CDC - NEGATIVAÇÃO DO CRÉDITO JUNTO SPC E SERASA - DÉBITO SOB DISCUSSÃO JUDICIAL - INEXISTÊNCIA DE DEPÓSITO DO VALOR INCONTROVERSO - VENCIMENTOS

Superior Tribunal de Justiça

- DEPÓSITO EM CONTA - LANÇAMENTO DE DÍVIDA SUPERIOR A 30% DO VENCIMENTO - IMPOSSIBILIDADE - NATUREZA ALIMENTAR DO SALÁRIO. A reiterada jurisprudência deste egrégio Sodalício, bem como a do Superior Tribunal de Justiça, orientam-se pela aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor às relações estabelecidas entre consumidores e instituições financeiras. A renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida não impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores, ut Súmula 286 - STJ. Os juros remuneratórios praticados pelas instituições financeiras não estão adstritos a 12% ao ano. Eventual abusividade, traduzida no excesso de lucro da instituição financeira em relação às demais, não caracterizada pela mera fixação em patamar superior a 12% ao ano, deve ser inequivocamente demonstrada. A capitalização mensal dos juros é vedada, salvo exceções legais, como as cédulas de crédito industrial, rural e comercial. A comissão de permanência é devida após o vencimento da dívida, ou seja, no período de inadimplência, desde que não cumulada com correção monetária, juros remuneratórios, juros moratórios e multa, calculada à taxa média de mercado, limitada, contudo, à taxa dos juros remuneratórios contratada. Considerando que houve a cumulação ilegal de comissão de permanência com juros de mora e multa e considerando, ainda, que as cláusulas contratuais devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor, nos termos do art. 47 do CDC, deve ser mantida a comissão de permanência, limitada à taxa dos juros remuneratórios pactuados, extirpando-se os demais encargos da mora. A possibilidade de exclusão do nome de devedores dos cadastros negativadores do crédito, caso dos autos, deve ser analisada com cautela, atendendo-se às peculiaridades de cada caso, observando-se a verossimilhança das alegações postas nas ações revisionais, considerando, sobretudo, a necessidade do devedor depositar os valores tidos como incontroversos, tendo este último elemento o escopo de não dar, o Judiciário, guarida a quem deve e não paga. Incabível lançamento para pagamento de dívidas oriundas de empréstimos bancários em conta corrente na qual o cliente recebe a sua remuneração, tendo em vista a natureza alimentar dos salários (e-STJ, fl. 241).

Os embargos de declaração opostos pelo ITAÚ foram rejeitados, com aplicação de multa (e-STJ, fls. 271/273).

Inconformado, ITAÚ interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando violação dos arts. 535, II, 538, parágrafo único, e 649, IV,

Superior Tribunal de Justiça

do CPC/73, 4º, IX, da Lei nº 4.595/64, 28, § 1º, I, da Lei nº 10.931/04 e 5º da Medida Provisória nº 2170-39/2001, ao sustentar (1) omissão no julgado; (2) a legalidade da capitalização de juros nas cédulas de crédito bancário; (3) a possibilidade da cobrança da comissão de permanência; (4) a não limitação dos descontos em conta corrente; e (5) que os embargos de declaração não eram procrastinatórios, pois visavam o prequestionamento da matéria.

Não apresentadas contrarrazões ao recurso especial (e-STJ, fl. 352).

Em Juízo de retratação, o Desembargadora Relator modificou em parte o julgado anteriormente proferido para declarar a legalidade da capitalização de juros, em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO - CAPITALIZAÇÃO - LEGALIDADE - AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE - ORIENTAÇÃO DO STJ E STF.

- Possibilidade de decisão monocrática. Art. 932, IV, alíneas "a" e "b", do CPC/2015. Entendimento pacífico neste Órgão Fracionário e também no Superior Tribunal de Justiça.

- Súmula 539 do STJ: "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP 1.963-17/00, reeditada como MP 2.170-36/01), desde que expressamente pactuada" (REsp. 1.112.879, REsp. 1.112.880 e REsp. 973.827).

Súmula 541 do STJ: "A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada" (REsp. 973.827 e REsp. 1.251.331).

- Exercício do juízo de retratação para conformar o acórdão recorrido orientação do (e-STJ, fl. 364).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9.3.2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) Da negativa de prestação jurisdicional e ausência de fundamentação

Não se pode conhecer da apontada violação do art. 535 do CPC/73, porquanto as alegações que fundamentaram a suposta ofensa são genéricas, sem indicação efetiva dos pontos omissos, contraditórios ou obscuros, bem assim porque deixou de indicar a sua imprescindibilidade ao julgamento da lide, os quais poderiam, em tese, levar a resultado diverso. Tal deficiência, impede a abertura da instância especial, nos termos da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, neste Tribunal: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

Nesse sentido, vejam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ENTREVISTA OFENSIVA À IMAGEM E HONRA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF. VALOR DOS DANOS MORAIS. REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. RAZOABILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONFIGURAÇÃO. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 1.022 do CPC/2015, mas não demonstra, clara e objetivamente, qual o ponto omissos, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido que não teria sido sanado no julgamento dos embargos de declaração.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt nos EDcl no AREsp 1.376.790/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 20/5/2019, DJe 23/5/2019 – sem destaque no original)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284 DO STF. LEGITIMIDADE ATIVA DO CESSIONÁRIO. VALIDADE DA CESSÃO. NECESSIDADE DE ANUÊNCIA DA COMPANHIA TELEFÔNICA CEDIDA. DECISÃO MANTIDA. INCIDÊNCIA

Superior Tribunal de Justiça

DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

[...]

3. Não se pode conhecer da apontada violação do art. 535 do CPC/73, porquanto o recurso cinge-se a alegações genéricas e, por isso, não demonstra, com transparência e precisão, qual seria o ponto omissso, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, bem como a sua importância para o deslinde da controvérsia, o que atrai o óbice da Súmula 284 do STF, aplicável, por analogia, no âmbito desta Corte.

[...]

6. Agravo interno não provido, com aplicação de multa (AgInt no REsp 1.568.381/RS, minha relatoria, Terceira Turma, j. 8/4/2019, DJe 10/4/2019 – sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. 1. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. 2. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA. AUSÊNCIA DE CERTEZA DA OBRIGAÇÃO. DILAÇÃO PROBATÓRIA DESNECESSÁRIA. VIA ADEQUADA. PRECEDENTES. 3. REVISÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Em relação à alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, constata-se a ausência de discriminação dos pontos omissos e/ou contraditórios, incidindo, no caso, o óbice da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp 1.340.103/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 25/3/2019, DJe 28/3/2019 – sem destaque no original)

(2) Capitalização de juros

Tendo em vista o Juízo de retratação, tal questão ficou prejudicada.

(3) Comissão de permanência

Quanto ao ponto, o TJMG assim decidiu:

Com efeito, considerando que houve a cumulação ilegal de comissão de permanência com juros de mora e multa e considerando, ainda, que as cláusulas contratuais devem ser

Superior Tribunal de Justiça

interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor, nos termos do art. 47 do CDC, deve ser mantida a comissão de permanência, limitada à taxa dos juros remuneratórios pactuados, extirpando-se os demais encargos da mora (e-STJ, fl. 250).

Vê-se, assim, que o ITAÚ carece de interesse recursal quanto a essa questão.

(4) Dos descontos do empréstimo bancário na conta corrente no recorrente

A respeito do tema, a Corte mineira assinalou que seria incabível que os descontos a serem realizados na conta corrente de SONIA ultrapassasse o limite de 30% de seu vencimento por se tratar de verba alimentar.

Observa-se que o acórdão recorrido decidiu em harmonia com a jurisprudência desta eg. Corte Superior que já proclamou que *o salário do devedor não está sujeito à penhora, salvo quando se tratar: a) de dívida alimentar; ou b) de contratos bancários com pactuação expressa de desconto por consignação, hipótese em que a penhora deverá observar o limite de 30% (trinta por cento) da remuneração* (AgInt no REsp nº 1.573.573/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe de 23/6/2016).

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ART. 649, IV, DO CPC/73. IMPENHORABILIDADE. MITIGAÇÃO. PENHORA REALIZADA, NO LIMITE DE 30% DO SALÁRIO PARA PAGAMENTO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. No tocante à impenhorabilidade preconizada no art. 649, IV, do CPC/73 esta eg. Corte adotou o entendimento de que a referida impenhorabilidade comporta exceções, como a que permite a penhora nos casos de dívida alimentar, expressamente prevista no parágrafo 2º do mesmo artigo, ou nos casos de empréstimo consignado, limitando o bloqueio a 30% (trinta por cento) do valor percebido a título de vencimentos, soldos ou salários. Some-se a este entendimento, outras situações, tidas por excepcionais, em que a jurisprudência deste eg. Tribunal tem se posicionado pela mitigação na interpretação do art. 649, IV, do CPC/73.

2. Considerando o substrato fático descrito pelo eg. Tribunal a quo, evidencia-se a excepcionalidade apta a mitigar a

Superior Tribunal de Justiça

impenhorabilidade, tendo em vista as infrutíferas tentativas de outras formas de garantir o adimplemento da dívida, bem como considerando que a dívida é referente a serviços educacionais, salientando que, como assentou o v. acórdão estadual, a educação também é uma das finalidades do salário.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 949.104/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, DJe 30/10/2017, sem destaque no original).

Incidência, portanto, da Súmula nº 568 do STJ.

(5) Multa por litigância de má-fé

Verifica-se que o TJMG aplicou a multa com fundamento nos arts. 17, VII, e 18 do CPC/73.

As razões recursais, no entanto, apontaram violação ao art. 538, parágrafo único, do CPC/73, o que é impertinente para o afastamento da penalidade. Incidência da Súmula nº 284 do STF.

Nessas condições, **CONHEÇO EM PARTE** do recurso especial para, nessa extensão, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator